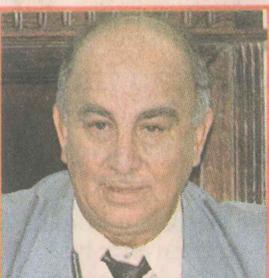


# Ministério Público denuncia cinco dos sete conselheiros

Esquema de corrupção no Tribunal de Contas inclui recebimento de propinas para abrandar julgamento de processos no órgão, diz Ministério Público

ANDRÉIA LOPES, GABRIELA RÖLKE, LÚCIA GARCIA, RADANEZI AMORIM E SANDRA PACHECO



Gildo Loyola



Chico Guedes



Evaristo Borges



Gildo Loyola



## OS ENVOLVIDOS

Valci Ferreira, Umberto Messias, Marcos Madureira, Enivaldo dos Anjos e Mário Moreira são acusados, no Superior Tribunal de Justiça, de integrar esquema que contava com desvio de verbas federais

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou denúncia no Superior Tribunal de Justiça revelando um esquema de corrupção no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCES) que beneficiaria cinco dos sete conselheiros da instituição. Os acusados são o presidente do tribunal, Valci Ferreira, o vice-presidente, Mário Moreira, e os conselheiros Enivaldo dos Anjos, Umberto Messias e Marcos Madureira. Todos são acusados de participar de um esquema armado para desviar dinheiro de obras públicas superfaturadas e receber propina para abrandar o julgamento de processos que tramitam no TCES, evitando rejeição de contas e ressarcimentos ao erário. O Tribunal de Contas é justamente o órgão responsável pela fiscalização dos gastos públicos. Ouvidos por A GAZETA, os denunciados negam as acusações. Suas explicações estão na página 8.

de sua conta bancária e transações sem comprovação de origem, o presidente do TCES acabou revelando um grande esquema que funcionaria para lavar recursos públicos desviados – e que também seria fonte de pagamento de propinas. As investigações concluíram que para a lavagem do dinheiro era utilizado o Frigorífico Beija-Flor, de propriedade de Luiz Carlos Mateus e Francisco Carlos Perrout. Eles são sócios de Valci Ferreira num contrato de meação para construção de uma central de inseminação e retirada de embriões bovinos. Segundo a denúncia, parte dos recursos do frigorífico vem de propinas pagas aos conselheiros. Baseado em gravações telefônicas, o MPF concluiu que o dinheiro do frigorífico teria sido utilizado, por exemplo, para comprar um carro de luxo para o conselheiro Mário Moreira.

O MPF identificou ainda que Perrout e Luiz Carlos

ção no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCES) que beneficiaria cinco dos sete conselheiros da instituição. Os acusados são o presidente do tribunal, Valci Ferreira, o vice-presidente, Mário Moreira, e os conselheiros Enivaldo dos Anjos, Umberto Messias e Marcos Madureira. Todos são acusados de participar de um esquema armado para desviar dinheiro de obras públicas superfaturadas e receber propina para abrandar o julgamento de processos que tramitam no TCES, evitando rejeição de contas e ressarcimentos ao erário. O Tribunal de Contas é justamente o órgão responsável pela fiscalização dos gastos públicos. Ouvidos por A GAZETA, os denunciados negam as acusações. Suas explicações estão na página 8.

Um vasto levantamento feito pela Receita Federal e o cruzamento de dados com informações obtidas pelo Ministério Público, aos quais a reportagem de A GAZETA teve acesso com exclusividade, apontam que o dinheiro apurado com o superfaturamento na construção de ginásios escolares foi usado para pagar propina aos conselheiros. Eles analisavam um processo que havia detectado irregularidades nessas construções. As obras foram construídas na gestão do então secretário de Educação Robson Neves, no Governo Vitor Buaziz.

O dinheiro das obras, segundo o MPF, era repassado para os conselheiros por meio de "laranjas". Essa não seria a única fonte de financiamento do esquema. Segundo o Ministério Público, ao tentar justificar à Receita Federal o movimento

para lavar recursos públicos desviados – e que também seria fonte de pagamento de propinas. As investigações concluíram que para a lavagem do dinheiro era utilizado o Frigorífico Beija-Flor, de propriedade de Luiz Carlos Mateus e Francisco Carlos Perrou. Eles são sócios de Valci Ferreira num contrato de meação para construção de uma central de inseminação e retirada de embriões bovinos.

Segundo a denúncia, parte dos recursos do frigorífico vem de propinas pagas aos conselheiros. Baseado em gravações telefônicas, o MPF concluiu que o dinheiro do frigorífico teria sido utilizado, por exemplo, para comprar um carro de luxo para o conselheiro Mário Moreira.

O MPF identificou ainda que Perrou e Luiz Carlos Mateus e o empresário João de Sá Neto também são sócios da Corretora Roma, responsável pelo contrato de seguro de vida para os deputados estaduais, firmado quando Valci Ferreira era presidente da Assembléia Legislativa, no início dos anos 90. A denúncia ressalta que todos esses sócios eram funcionários do Instituto de Previdência dos Deputados antes de ingressarem na Roma – e, portanto, subordinados a Valci.

A partir de 1997, quando o então deputado José Carlos Gratz era presidente do Legislativo, um cheque que era para ser pago à seguradora foi depositado na conta do frigorífico Beija-Flor. Ao todo, 19 pessoas foram denunciadas, entre elas o ex-secretário Robson Neves, os empresários Fernando Camargo e Edgar dos Anjos, Gratz e André Nogueira.

## Os denunciados

### Caso dos ginásios

#### Acusação:

Lavagem de dinheiro e peculato (Desvio de recursos públicos por parte de funcionários ou autoridades)

**Robson Neves, ex-secretário de Educação do Governo Vitor e ex-deputado estadual**  
Segundo o Ministério Público, ele montou um esquema de licitação fraudulenta para construção de ginásios em escolas do interior.

**Fernando Camargo e José Carlos Zamprogno, sócios e gerentes da Tervap**  
A empresa, segundo o Ministério Público, venceu as licitações fraudadas.

**Gilberto Dangelo Carneiro, proprietário da empresa D'Ângelo Engenharia**  
A investigação aponta que ele repassou cheques de sua empresa para a Tervap. Os cheques teriam sido usados pela Tervap para pagamento de propina.

**Soraya Guedes Cinney, Adriano Cisternas, Edgar dos Anjos e Homero Tadeu Juffo Fontes**  
Segundo a denúncia, eles atuaram como "laranjas" dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, recebendo recursos provenientes da Tervap.

**Valci Ferreira, Enivaldo dos Anjos, Umberto Messias de Souza e Marcos Madureira, conselheiros do Tribunal de Contas**  
Receberam, segundo a denúncia, propina da empresa Tervap em razão de contratos superfaturados de obras públicas.

### Caso do Seguro da Assembléia

#### Acusação:

Formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro

**Valci Ferreira**  
Foi presidente do Instituto de Previdência dos Deputados do Estado e da Assembléia Legislativa. Segundo a denúncia, ele firmou um contrato de seguro lesivo aos cofres públicos.

**João de Sá Netto, Francisco Carlos Perrou e Luiz Carlos Mateus, sócios nas empresas Roma Admin. e Corret. de Seguros, Colibri Admin. e Corret. de Seguros, MPS Admin. e Corret. de Seguros e Fortec Serv. Téc. de Seg.**  
O Ministério Público afirma que os três colaboraram de forma "estreita e determinante" com o esquema de Valci. Eles usaram, segundo a denúncia, as seguradoras como "fachada" para receber a "pseudo corretagem" de seguro e repartir os valores.

**Jorge Antônio Ferreira de Souza, irmão e funcionário de Valci**

Teria participação na administração dos negócios de Valci.

**José Carlos Gratz, ex-presidente da Assembléia, e André Nogueira, ex-diretor-geral da Assembléia**  
Segundo o MPF, foram agregados ao esquema. Além de manterem o contrato do seguro de vida, demonstravam pleno conhecimento da fraude.

### Caso Beija-Flor

#### Acusação:

Formação de quadrilha e peculato

**Segundo a denúncia, Valci Ferreira maneja de forma indireta a empresa pertencente a Francisco Carlos Perrou e Luiz Carlos Mateus, denominada frigorífico Beija-Flor, que seria usada como fachada para encobrir operações ilícitas.**  
O MPF afirma que o irmão de Valci, Jorge Antônio Ferreira de Souza, disse em conversa telefônica que o conselheiro **Mário Moreira** obteve recursos dessa empresa para a compra de um carro como forma de pagamento de negócios tidos como ilícitos.

Fonte: Denúncia do Ministério Público Federal